

## Preconceito e Ideologia Racista: *Negros em Contos*, de Luís Silva

Lizandro Carlos Calegari\*

**Resumo:** O propósito deste trabalho é refletir a respeito da violência, do preconceito e do racismo infligidos aos negros em *Negros em contos* (1996), de Luís Silva. O artigo apresenta detalhes sobre a estrutura social brasileira de base autoritária bem como a disseminação de ideologias racistas e preconceituosas em solo nacional. Os textos analisados são: *Boneca*, *O batizado*, *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata* e *Lembrança das lições*. A premissa básica é de que os contos analisados contribuem para uma análise da realidade social brasileira em que os negros são destacados por seus traços ou condutas negativas.

**Palavras-chave:** Racismo. Preconceito. Exclusão. Negros.

É consenso entre diversos historiadores, sociólogos e críticos o fato de o Brasil ser caracterizado por uma democracia limitada e por uma cidadania restrita. José Antonio Segatto (1999) observa que, no país, independentemente das formas e composições que assumiu em seus diferentes momentos, há um traço comum que o define, qual seja, o de a classe dominante se impor autoritariamente sobre a sociedade civil. Ainda segundo o autor, o rompimento do estatuto colonial em 1822 não implicou alterações socioeconômicas significativas, já que a estrutura econômica baseada na grande propriedade fundiária, no trabalho escravo e na produção de gêneros agrícolas tropicais para o mercado externo manteve-se praticamente intocada.

Paulo Sérgio Pinheiro (1991) desenvolve argumento similar. O pesquisador nota que, na passagem de um período para outro da história, permanecem “entulhos” de um momento anterior que corroboram a política autoritária do país. Assim, por exemplo, o rompimento do pacto colonial em 1822 não tornou, na prática, o Brasil independente economicamente, e a República em 1889 foi implantada pela intervenção do Exército e por uma simples parada

---

\* Doutor em Letras. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, RS. E-mail: lccalegari@fw.uri.br.

<i>Revista Língua &amp; Literatura</i>	FW	v. 12	n. 18	p. 45-66	Ago. 2010. Recebido em: 16 mar. 2010. Aprovado em: 21 abr. 2010.
--	----	-------	-------	----------	---

militar. Nesse sentido, o autor explica que – desde a Independência ao golpe ditatorial de 1964, passando pela Proclamação da República, Abolição da Escravatura e Revolução de 1930 – o processo histórico foi marcado por ausência de mudanças bruscas e radicais nas formas de dominação política de modo que não houvesse transformações revolucionárias que atingissem o conjunto da sociedade nacional.

Há vários pontos de contato entre as premissas de um e de outro autor, mas chama a atenção o fato de ambos não concordarem com a noção de ruptura entre os diferentes momentos da história quando o assunto diz respeito à questão de poder e coerção, em particular dentro da sociedade escravista brasileira. Tanto Segatto quanto Pinheiro citam a abolição como elemento de estruturação social. No que tange à situação dos negros, esse último afirma que, no país, não é preciso institucionalizar um sistema de *apartheid* legal, pois, além da discriminação social e econômica, “as ‘pequenas autoridades’ e o sistema do ‘sabe quem está falando’ sempre desempenharam um papel de contenção dos negros na sociedade civil”. Afora isso, complementa: “as crianças negras crescem dentro das balizas desses microdespotismos e da interiorização dos limites impostos pela sociedade dos brancos” (PINHEIRO, 1991, p. 56).

Apesar da enorme presença e contribuição dos negros em diversos âmbitos da economia, da política, da literatura e da cultura brasileira, eles, na maioria das vezes, foram avaliados sob uma ótica racista. No início do século XX, circularam em solo nacional inúmeros pensamentos preconceituosos e autoritários oriundos de intelectuais como Miguel Reale, Gustavo Barroso e Oliveira Vianna. Este último (1956), a rigor, formulou a ideia de que o aperfeiçoamento social seria possível graças a um processo de branqueamento. Com menos negros, o Brasil seria mais forte. Com tabelas e estudos investigativos amparados na concepção de ciência de seu tempo, o autor procurou demonstrar que a mestiçagem deveria caminhar no sentido de diminuição do coeficiente de negritude do país, para que a nação fosse politicamente fortalecida.

Em meio a este ambiente predominantemente dominado por intelectuais conservadores, vem a público o pensamento de Gilberto Freyre. Em seu livro *Casa grande e senzala*, de 1930, o autor tem um posicionamento contrário ao de Vianna. Se, para este, a presença de negros é uma fator de fragilidade, para aquele, a cultura brasileira é enriquecida pela integração de elementos portugueses e africanos. Em sua tese, está o princípio de uma integração da contribuição cultural dos negros como necessidade interna da constituição da sociedade brasileira. Dito de outro modo: em vez de excluir o elemento negro rumo à purificação ariana, propõe admitir e valorizar a sua contribuição.

Mais recentemente, alguns estudos de Alfredo Bosi retomam certas teses que circularam no início do século XX sobre o negro. Em seu ensaio *Poesia versus racismo* (2002), o crítico se detém basicamente nos argumentos de Nina Rodrigues e Sílvio Romero. O primeiro, segundo Bosi, estudou os africanos no Brasil transformando-os em objeto de ciência. Para ele, a inferioridade é um fenômeno natural, “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções”. Romero, por sua vez, citado por Homero Pires em seu volume, define o negro nos seguintes termos: ele “não é uma máquina econômica: [...] é, antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência”. Tanto para um quanto para outro, “o negro brasileiro ascendera ao status de tema da ciência”, no entanto esses parâmetros teriam contribuído para a exclusão fundamentada do negro e não para sua integração social.

Os argumentos de Rodrigues e Romero defendem a noção de que existiriam raças e estas portariam características biológicas substanciais e bem definidas que jogariam os indivíduos em grupos que passariam a pertencer a diferentes graus de hierarquia, o que teria contribuído para justificar discriminações, explorações e atrocidades. Atualmente, porém, os avanços da genética molecular e o sequenciamento do genoma humano permitiram um exame detalhado da correlação entre a variação genômica humana, a ancestralidade biogeográfica e a aparência das pessoas, e mostram que os rótulos usados para distinguir “raças” não têm significado biológico. Assim, pode parecer fácil diferenciar fenotipicamente um europeu de um africano ou de um asiático, mas tal facilidade desaparece completamente quando se procuram evidências dessas diferenças “raciais” no genoma dos indivíduos. Estudos concluem: “raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico” (PENA, BIRCHAL, 2005-6, p. 15); o conceito está carregado de uma ideologia de discriminação e inferiorização.

Os mesmos estudiosos – com base em amostras de DNA da população do norte, nordeste, sul e sudeste do Brasil – concluíram que a cor avaliada fenotipicamente com respaldo na pigmentação da pele e dos olhos, na textura do cabelo e no formato dos lábios e do nariz, tem um vínculo pouco significativo com o grau de ancestralidade africana estimada por marcadores genômicos específicos. “[i]ndependentemente de sua cor, a vasta maioria dos brasileiros tem simultaneamente um grau significativo de ancestralidade africana, europeia e ameríndia” (PENA, BIRCHAL, 2005-6, p. 19). No entanto, o preconceito social revestido por uma aparente ideia de democracia racial parece estar justamente articulado com a aparência física das pessoas, sendo privilegiados aqueles indivíduos cujas características são associadas

às de origem europeia. Esse último argumento, aliás, também é reiterado por Zilá Bernd (1994).

A situação do negro no Brasil contemporâneo é assunto cada vez mais presente em debates universitários que se ligam frequentemente a movimentos sociais organizados. No campo das Letras, pesquisadores de Literatura Comparada e Estudos Culturais têm avançado nas reflexões. Um dos pontos de interesse é a presença ou não de negros ou de literatura de autoria ou sobre negros no cânone. Roberto Reis (1992) observa que, no cânone brasileiro, há “quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (p. 73). Essa exclusão, segundo o autor, é justamente para evitar a circulação de ideias que expressem seus valores com o objetivo de fazer com que obras dotadas de capacidade crítica não sejam lidas por um público mais amplo.

Apesar de prevalecer esse tipo de censura, alguns trabalhos têm se destacado no âmbito dos estudos literários. Pesquisadores estrangeiros como David Brookshaw, Gregory Rabassa e Raymond Sayers dedicaram suas atenções à questão do negro na literatura brasileira. No Brasil, há pesquisas e ensaios de Elisa Larkin, Paulo Leminski, Regis de Moraes, Roger Batiste, Thales de Azevedo e Zilá Bernd. Essa última (1987) cita como importante o papel do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes para este ramo de investigação. Este quadro não se restringe a esses nomes. Por exemplo, no início do século XX, em 1915, mais ou menos, já surgia uma imprensa voltada para a questão do negro no Brasil.

O ponto de contato entre muitos desses críticos reside na tentativa de conceituar a literatura negra. Em outros termos, que critério(s) considerar para definir a expressão? Critérios étnicos (ligação da obra à origem negra ou mestiça do autor)? Critérios temáticos (conteúdo literário relacionado aos temas referentes à cultura afro-brasileira)? Critérios de transgressão (o texto como forma de reivindicação e resistência)? Por sua ênfase epidérmica, o primeiro critério é limitador, pois, em país mestiço como o Brasil, é difícil classificar um texto baseado na cor mais ou menos negra de seu autor. O segundo critério é mais abrangente, mas abre espaço para a seguinte problemática: textos escritos sobre o negro e sua cultura não implicam necessariamente desconstruir a história da escravidão, discriminação e preconceito. O último critério, o de transgressão, seria aquele que mais satisfatoriamente definiria a literatura negra ou afro-brasileira. Isso porque, segundo Bernd (1987, p. 18), tal critério de evidência textual cria uma literatura disposta a desconstruir as normas da literatura como

instituição branca ou europeia e, além disso, romperia um contrato da fala vigente em busca de uma dicção nova dentro do contexto literário.

Ainda conforme a mesma autora, “poderão ser considerados como literatura negra aqueles textos em que houver um *eu* enunciador que se quer negro, que reivindica a sua especificidade negra” (BERND, 1987, p. 16). Além disso, segundo ela, “será negra a literatura feita por negros ou descendentes de negros reveladora de ideologias que se caracterizam por uma certa especificidade” ou “será negra a arte literária feita por quem quer que seja, desde que reveladora de dimensões peculiares aos negros ou a seus descendentes” (BERND, 1987, p. 17). Esses traços e/ou dimensões particulares também devem se fazer presentes nas características do texto tais como intenção, forma, temática, vocabulário, estilo. Ademais, a literatura negra deve primar 1) pela conscientização, 2) comunicação do sentimento do negro, 3) por uma visão do negro livre de estereótipos, 4) pelo combate ao “sufoco do silêncio imposto”, 5) por ser porta-voz de uma realidade muitas vezes injusta, 6) pela denúncia e pelo protesto contra a situação de discriminação e 7) pelo preenchimento da lacuna na literatura brasileira (SANTOS, WIELEWICKI, 2003, p. 272).

Não se pretende, neste trabalho, apresentar uma lista exaustiva de nomes de escritores que se dedicaram à causa negra (os livros de Brookshaw [1983] e de Bernd [1987, 1988, 1992], dentre outros, o fazem muito bem); antes, busca-se demonstrar como um desses autores, Luís Silva, conhecido como Cuti, contribui para a “redescoberta” e afirmação do “eu-negro” em algumas de suas *short-stories* extraídas do livro *Negros em contos*, de 1996. Cuti foi um dos fundadores e membros do Quilombhoje-Literatura de 1983 a 1994, e um dos criadores e mantenedores da série Cadernos Negros de 1978 a 1993. Publicou várias obras (*Batuque de tocais* [1982], poemas; *Suspensão* [1983], teatro; *A pelada peluda no Largo da Bola* [1988], novela juvenil; *...E disse o velho militante José Correia Leite* [1992], memórias, este em coautoria como o próprio José Correia Leite) e tem textos em diversas antologias.

*Negros em contos* é constituído por vinte e sete textos. Por motivos de ordem prática, não são todos eles comentados, nem a maioria, mas aqueles que apresentam maior densidade de elementos que vão ao encontro do objetivo aqui proposto, qual seja, investigar temas, comportamentos e situações que permitem avaliar a condição do negro na sociedade atual. Assim, são feitas considerações a respeito dos seguintes contos: *Boneca*, *O batizado*, *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata* e *Lembrança das lições*, sem deixar de fazer referência a outros.

O primeiro conto do livro intitula-se *Boneca*. Numa manhã de dezembro, alguns dias antes das comemorações natalinas, um pai, 33 anos, percorre toda uma cidade à procura de

uma boneca para a sua filha. O problema não fora o produto em si, mas as características do presente: ele queria uma boneca negra. O homem, apesar de enfrentar as “ironias finas” de certos balconistas, não desiste de seu objetivo e, por fim, encontra o brinquedo, mas, para tanto, novamente, depara-se com situações constrangedoras:

*O senhor já foi atendido?*

*Não. Por gentileza, eu estou procurando uma boneca...*

*Temos várias. Olha aqui a Barby, a Xuxinha...* E a loirinha foi apanhando diversas bonecas. Colocava-as sobre o balcão, como se escolhesse para si. *Olha que gracinha esta aqui de olhos azuis! É novidade. Chegou ontem e já vendeu quase tudo. Chora, tem chupeta, faz pipi... E essa outra aqui? Não é uma graça?* E levou ao colo a ruivinha de tom amarelado, bem clarinha (SILVA, 1996, p. 11-12).

Nessa passagem, observa-se a interferência de valores do branco no mundo do negro. Desde crianças, os indivíduos são forçados a introjetar uma cultura em detrimento de outra, considerada inferior. A superioridade europeia passa a ser uma norma de aceitação inconsciente. “Barby” e “Xuxinha” são, além de brinquedos reservados a uma elite econômica privilegiada, determinantes de gosto: elas são belas porque são brancas e de olhos azuis, ou seja, satisfazem o padrão ariano de gosto. O fato de muitas delas já terem sido comercializadas assinala a preponderância de um modelo (eurocêntrico) sobre outro. Além disso, o gesto da balconista (que induz a compra de um produto) em acariciar a boneca ruiva aponta para um comportamento típico generalizante: a maior aproximação e consideração para com quem tem pele clara.

A expectativa da moça é quebrada quando o cliente solicita uma boneca preta: “É que estou procurando uma boneca negra...” (p. 12). No conto, estabelece-se uma tensão entre o comprador e a vendedora que não encontra a mercadoria, embora saiba que ela existe na loja. Para localizar o presente, a balconista causa transtorno entre os colegas: “descuidando-se nos degraus, despencou-se. Todos se apavoraram” (p. 12). A demora em ser atendido (a espera foi de meia hora) demonstra a falta de respeito para com o pai. Não só isso, a confusão no armazém chama atenção não apenas para o fato de o branco não saber lidar com o negro, como também para a ideia de o negro ser motivador de desordem. Não obstante o reconhecimento do precário atendimento pelo caixeiro, o cliente passa por um novo vexame:

*O senhor desculpe a demora e o transtorno. Mas, não foi nada. O importante é que encontramos o produto. Está em falta sabe... Eles não entregam. Eu mesmo encomendei na semana passada. Mas o representante disse que a firma está exportando para a África. Está certo, mas aqui também tem freguês que procura, não é? O senhor é brasileiro?* (p. 12).

Possivelmente, para o balconista, a desordem causada pela atendente não tenha significado muito, mas, para o pai que procurava a boneca preta para a filha, a circunstância foi muito marcante e, por isso mesmo, o brinquedo não se reduz a um “simples produto”. Essa ideia se reforça se se atentar para os argumentos do vendedor: a firma não entrega a mercadoria porque esta está sendo enviada à África, e isso acontece porque há poucos interessados aqui. A noção que perpassa é a de que o que não serve para um povo é enviado a países pobres e discriminados. Essa proposição se reforça porquanto o comprador é confundido com um africano.

O conto encerra com a frustração do pai que, pensativo e em passos lentos, se dirige a uma lanchonete: “Vai uma loira gelada aí, chefe? Pronunciou o balconista ao vê-lo sentar-se junto ao balcão. Sorriu, confirmando com um gesto de polegar” (p. 12-13). Tomar cerveja, ou melhor, “uma loira gelada” (e esta é popularmente conhecida por ser de origem alemã), significa engolir, isto é, aceitar valores dominantes, preconceituosos e autoritários. Com base nessas ocorrências, não dá para negar que não exista discriminação no tecido social. Qualquer forma de desarranjo de um tipo de conduta por um elemento estranho, no caso, o negro, deixa transparecer marcas de uma herança opressora e excludente.

Em *Boneca*, apesar da tensão entre dois polos (o branco e o negro), o pai acaba apaziguando um possível conflito que poderia ter atingido proporções concretas. Isso aconteceu não tanto pelo fato de a discriminação ter ocorrido de forma velada, mas principalmente pelo negro ter naturalizado a sua suposta condição de inferioridade dentro de uma sociedade regida por brancos. Em *O batizado*, observa-se novamente uma tensão oriunda justamente de questões envolvendo preconceitos. O conto narra a desarmonia de uma família numa festa de batizado. O responsável pela desordem é Paulino, filho de Dona Isaltina e Belmiro. O irmão Tico e a cunhada Zuleica festejam o batismo de Luizinho. Nesse acontecimento, que reúne vários convidados, o protagonista, que inclusive é responsável por coordenar movimentos em prol dos negros, expõe sua revolta pela razão de sua própria família não aderir às causas de sua cor.

Este, então, passa a ser o tema geral do texto, ou seja, de um lado, negros que lutam para preservar suas raízes; de outro, aqueles que aceitam a sua condição de inferioridade, autodiscriminando-se. Essa ideia surge no início do conto. Paulino (ou Lino, como era chamado), na festa, quebra uma garrafa como forma de simbolizar a falta de união do povo negro. É este o fato que desencadeia a manifestação e a verbalização de uma série de preconceitos. Joana, filha de Isaltina e Belmiro, prevendo o vexame, associa as atitudes do irmão aos boatos dos vizinhos: **“o prédio amanhã vai estar em polvorosa vão comentar o**

Revista Língua & Literatura. Frederico Westphalen, v. 12, n. 18, p. 45-66. Dez. 2009.

**papelão da casa dos pretos porque é assim mesmo que chamam a gente são capazes de ligar pra polícia só pro escândalo aumentar”** (p. 40). Como se observa, parece existir uma ligação entre “desarmonia”, “pretos”, “polícia”: onde há negros, há bagunça; onde há briga, há negros e, conseqüentemente, polícia.

Dona Isaltina condena o comportamento do filho, apontando como causa do desequilíbrio do rapaz a sua possível companheira: **“não anda bom não era revoltado desse jeito deve ser coisa daquela negrinha metida”** (p. 40-41). O vocábulo “negrinha” é usado aqui num sentido depreciativo, ou seja, o desprezo de um preto vem de outro preto, algo que demonstra a falta de união, mas principalmente de compreensão e entendimento de seus próprios anseios. Isaltina, Belmiro, Joana, Tico e Paulino são de uma mesma família, unidos pelos mesmos laços sanguíneos, pertencentes a um mesmo grupo étnico, mas nem por isso compartilham os mesmos ideais. A família de Paulino é uma alegoria para se pensar a comunidade negra, muitas vezes sem propósitos afins, censurados pelos valores dominantes.

A censura ao garoto também vem de Belmiro. Desaprovando as atitudes de Paulino, deseja intervir em benefício da harmonia da festa oferecida por Tico e Zuleica. A sua preocupação, no entanto, recai basicamente na imagem que sua família, enquanto composta de negros, vai perpassar aos brancos:

**O Paulino com a conversa de seu movimento não pode estragar a festa não vai me tirar do sério se conseguir será de uma vez por todas ainda sou o chefe da casa se não tiver bem com a família vai então morar lá com seu movimento fala fala fala em prol da raça e agora quer estragar tudo dar show pra essa gente branca ver... não...** (p. 41).

Por não aceitar o gesto do filho, Belmiro deixa implícito não admitir manifestações de defesa de sua raça. Com isso, então, parece que a ideologia branca consegue sufocar a identidade de um segmento populacional marcado por sua cor. Essa imposição de valores ocorre de maneira tão eficaz, que os negros são vítimas e, conseqüentemente, motivadores de sua própria segregação. Como destaca Pinheiro (1991), o sistema autoritário, justamente por estabelecer formas de conduta muitas vezes de modo velado, atinge resultados mais satisfatórios para seus objetivos. No caso do conto em apreciação, a fragmentação da família, enfim, o desencontro de propósitos, remete para a não afirmação da identidade de um grupo, algo que contribui para o “sufoco do silêncio imposto”, conforme já referido. Não só isso, nas situações narradas, a visão que o próprio negro tem de si é carregada de estereótipos.

Um dos motivos que levou Paulino a protestar contra a sua situação de discriminação foi a sua embriaguês: “o rapaz, com parte da garrafa de cerveja segura pelo gargalo, estava partindo para os exemplos de mostrar o efeito do álcool no provo negro” (p. 41-42). O “álcool” aponta para a ideia de desequilíbrio, mas também de alienação, condição a que a comunidade negra parece estar submetida. Percebendo que haveria um desentendimento entre o pai e o irmão, Tico intervém para acalmar os dois, para tanto, ele, que carregava o filho no colo, “entrega-o a um homem branco” (p. 42), o padrinho. Entregar o menino a um homem branco é um gesto de renúncia, de submissão, sendo o próprio batizado um ritual em que há introjeção de valores. Tudo isso indigna o personagem, que dá continuidade a seu discurso:

*Ouviram todos vocês? Eu acabo de dizer, com esse exemplo nas mãos, da quebra da nossa identidade negra. Ouçam o nome de meu adorado sobrinho: Luizinho... Já não chega o sobrenome Oliveira? Luiz é nome de qual ancestral? Refere-se a qual matriz cultural? E, minha gente, o nome é de origem francesa. Significa defensor do povo...*

[...]

*O meu sobrinho é, pelo significado do nome, defensor do povo francês. E o seu povo? Ai está a violência da mesma forma que estava nessa garrafa. Vejam, estes cacos na minha mão oferecem menos perigo do que o conteúdo. O álcool é o pior inimigo da nossa raça.*

[...]

*E repare na contradição: minha família, depois de negar suas raízes, com esse batizado, ainda tenta me impedir de falar. A alienação é dupla. Querem-me impor censura! Fosse o nome escolhido um nome africano, como por exemplo Kalungano, Sawandi, Kwame, Omowale, ou uma dijina das nossas verdadeiras religiões, e eu não estaria aqui dizendo estas palavras. Mas, com nome africano cartório põe areia, não é mesmo! E nós o que fazemos? Recusamos, ao invés de reivindicar o direito à identidade cultural. Você aí, que é padrinho, eu percebo que está rindo de mim. Claro, você é branco. Um branco padrinho de preto. Mais um!* (p. 42-43).

O discurso de Paulino está carregado de detalhes que ajudam na elucidação da situação dos negros. O primeiro deles diz respeito a não preservação da identidade do grupo, fator que gera o enfraquecimento na busca de ideais calcados na recuperação da história e da tradição. O segundo ponto a ser destacado tange a não fidelidade dos próprios negros à sua herança cultural. Esse problema tem duas implicações básicas: de um lado, a fragilidade de ostentação de valores; de outro, o quanto a cultura branca é influente a ponto de desarticular todo um conjunto. Aqui, a questão da memória é algo que merece particular atenção. Por fim, tem-se explícito a censura imposta pelos aparelhos ideológicos. O protagonista cita o “cartório”, mas há outros exemplos em que é visível a opressão. Em *Boneca*, por exemplo, foi numa loja que um negro sofreu discriminação, ainda que de maneira velada.

Embora a fala de Paulino traga elementos de reflexão coerente, o contexto desautoriza a encarar seu discurso com a devida criticidade. Primeiramente, pelo fato de o rapaz se manifestar alcoolizado; em segundo lugar, por sua família desacreditar na sua proposta e, além disso, dar um show à parte, situações essas que eliminam o tom de seriedade. O padrinho de Luizinho ri da situação, e isso é uma demonstração prática de que determinadas reivindicações – em particular aquelas ligadas à discriminação por raça, religião, opção sexual, dentre outras – nunca são consideradas com a devida importância.

O conto termina relatando uma bagunça geral: “Zuleica arranca o sapato e salta. Investe contra Paulino. Tico segura-a pelo punho com dificuldade. Belmiro avança. Caem juntos, sobre a mesinha de centro, pai e filho adversários. Joana abre a boca no mundo”, e os “convidados trombam-se na porta”, “a vizinhança solta a imaginação e chama a polícia”, “no congelador, quatro garrafas de champanhe francês legítimo aguardam o desenrolar da festa” (p. 44-45). Portanto, a desordem surge como resultado final do empreendimento de Paulino em proteger seus valores e interesses. Não só isso, a sua voz de protesto é abafada e ignorada, algo que viabiliza a conservação dos valores da cultura branca, talvez seja esse o sentido de haver garrafas de champanhe francês na geladeira para o encerramento das comemorações.

Um aspecto que merece atenção no conto tem a ver com a forma como o texto está escrito. Na fala dos personagens, as frases não obedecem às regras sintáticas, nem às normas de pontuação. Além disso, há trechos em itálico e em negrito. Como se não bastasse isso, fica difícil, em certas situações, distinguir até onde vai a fala de um e começa a do outro. Essas características não devem ser vistas como falhas de composição; ao contrário, consistem em recursos estéticos que sinalizam, na própria manifestação escrita, elementos de desordem, compatível com a proposta temática do texto. Quando não se reconhece a fala de um e de outro, há chances de se perderem os pontos de referência que individualizam e ressaltam esses sujeitos dotados, muitas vezes, de criticidade.

Por outro lado, essa mistura de vozes – o discurso polifônico – é um recurso de que se vale o narrador para atribuir ao texto outras possibilidades interpretativas. Conforme Bernd (1998), essa linguagem literária polifônica pode conter todas as demais, no sentido de que não fica obrigada a dizer determinadas coisas e não outras. Assim, complementa ela, “quando a literatura se põe a serviço de uma causa, tornando-se denotativa e unívoca, a literariedade se desvanece, pela cristalização dos discursos que a compõem” (p. 97). Por isso mesmo, a autora defende que o texto polifônico forma um discurso a “desempenhar um papel desestruturador da sociedade, pois a censura impede todos os demais discursos de se exprimirem livremente” (p. 100).

Em *Boneca* e *O batizado*, o que se tem subjacente e em comum são formas de preconceito. Às vezes, oriundas dos brancos; em outras, originárias dos próprios negros. Em *Ah, esses jovens brancos de terno e gravata!*, o racismo aparece de forma explícita. O conto é em primeira pessoa e, portanto, expõe o sentimento do sujeito-vítima da violência sem mediações. Assim inicia o texto:

Foi ontem meio-dia, tá entendendo? Eu ia indo na minha caminhada, ali na Rua da Independência. Quando eu vi que os guarda tavam me seguindo, parei pra ter certeza que tinha saído com os documento, num sabe? Meti a mão no bolso e tirei. Tava tudinho ali: profissional, RG, CIC, o cacete!... Eles ficaram sem jeito. Passaram por mim. Num disseram nada. Sim, era dois. Isso! Tavam fardado e de cacete, e revólver na cintura (p. 101).

O preconceito se reflete na situação de vigilância a que o personagem foi submetido. Provavelmente, o negro não foi vítima de uma represália maior pelo fato de estar carregando consigo os documentos. A carteira de trabalho talvez seja um dos papéis mais importantes, já que atesta que o indivíduo tem um emprego, algo que o livra da situação de marginalizado, ladrão ou mesmo criminoso. A ironia surge no contraste entre a circunstância que o protagonista tem de enfrentar e o espaço físico que ocupa: a Rua da Independência. Apesar do uso do vocábulo “independência”, o sujeito está numa situação humilhante, dependente do bom desempenho do seu comportamento. Quem o observa, é a polícia, que sugere a prática repressiva dos aparelhos ideológicos de Estado. Assim, para combater o crime (o negro é primeiramente julgado como um criminoso), aprofundam-se e enrijecem-se os rituais meticulosos do poder (a polícia fardada com cacete e revólver). Como observa Pinheiro (1991), “o mito da democracia racial continua soberano, servindo como excelente dissimulação para uma vasta gama de microdespotismo exercidos contra os negros” (p. 56).

O personagem está caminhando e lembra de pagar uma conta no Banco Suor do Povo, que se localiza justamente naquela mesma rua (aqui, nova ironia!). Chegando ao posto, se depara com uma imensa fila, onde, a sua frente, está “um casalzinho conversando”. O narrador os descreve como um executivo de terno e gravata, e uma moça mais pobre, vestindo calça de brim e camiseta. Impaciente, o branco reclama: “*O Brasil não vai pra frente por causa desses preto e desses baiano. Essa gente é que é o nosso atraso. O governo devia acabar com tudo eles...*” (p. 101). Desta afirmação, alguns apontamentos merecem ser feitos.

O primeiro deles se refere à política de branqueamento ou extermínio sistemático como forma de solucionar os males brasileiros. Essa tese, conforme se verificou, foi defendida por Oliveira Vianna. O segundo ponto diz respeito aos motivos que levaram o

jovem branco a fazer tal constatação. Pela leitura do conto, não há uma razão convincente. A fila estava demorada e, nela, havia negros e baianos. Foi isso que fez o rapaz dizer aquilo. Esta, porém, não é uma causa determinante, porque ele – homem, branco, executivo, supostamente “culto” – também estava na mesma fila. Disso se conclui que o preconceito é a manifestação de um sentimento naturalizado. Como complementa João Baptista Borges Pereira, “ele é acima de tudo uma crença, e, como tal, profundamente enraizado nos domínios das emoções humanas” (2005-6, p. 177).

A reação do protagonista foi de indignação: “Isso é coisa que se diga? E eu sou preto e sou baiano! Tenho vinte anos de São Paulo, mas sou baiano, oxente!”, mas ele fica irritado quando escuta o seguinte: “*Se eu fosse o governo, fazia com esses preto e esses baiano o que Hitler fez com judeu*” (p. 102). O extermínio e a violência arbitrária são exercidos em sujeitos que constituem o outro da razão, aqueles que são indiferentes à legitimidade do Estado. O assassinato em massa dos judeus em campos de concentração ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O gesto de frieza que levou Hitler a cometer esse ato bárbaro transparece naqueles indivíduos que se revestem com a capa de poder ostentada pelo Estado. O jovem executivo alegoriza as instituições macropolíticas, mas a sua atitude na fila do banco sinaliza também as microdimensões do poder, “as microcenas onde ocorrem as interações concretas entre as pessoas na sociedade” (PINHEIRO, 1991, p. 45). Isso significa que o macropoder dialoga com o micropoder, formando uma teia de violência que descaracteriza a democracia.

O conto termina com a revolta do protagonista, mas também com sua repressão:

Aí meu sangue freveu! Bati no ombro do cabra. Quando ele virou, eu escarrei na cara dele!!!...

Mas, Seu delegado, eu lhe juro, não fiz mais nada. Tenho intê testemunha. O cabra morreu foi do coração (p. 102).

O jovem branco de terno e gravata morreu. Uma possível leitura disso seria que a violência teria se extinguido. Essa possibilidade interpretativa é inconsistente, já que o personagem está relatando ao delegado o que aconteceu. É o próprio narrador quem sofreu uma violência moral, mas nem por isso ficou livre do poder e da repressão. O executivo faleceu, é certo, mas agora se tem o delegado como símbolo do Estado que se coloca diante o negro. Portanto, do moço na fila do banco para o delegado, têm-se 1) as diferentes formas por meio das quais a violência se manifesta e 2) o regime contínuo de abuso de poder. Conforme Pinheiro (1991),

[d]urante toda República no Brasil, as práticas repressivas dos aparelhos de Estado e das classes dominantes estiveram caracterizadas por um alto nível de ilegalidade, independentemente da vigência ou não das garantias constitucionais. Para os pobres, miseráveis e indigentes que sempre constituíram a maioria da população podemos falar de um ininterrupto regime de exceção paralelo sobrevivendo às formas de regime, autoritário ou constitucional (p. 48).

*Lembrança das lições* é o vigésimo primeiro conto do livro de Luiz Silva. Nele o protagonista, já adulto, narra, em primeira pessoa, experiências de sua infância e as articula a episódios mais recentes. O tom é de perplexidade e o que o texto deixa transparecer é o trauma que os negros carregam pela sua condição e em virtude de sua história. O conto amarra o passado ao presente, sendo este determinado por aquele. O espaço inicial é uma sala de aula e, em seguida, a própria vida na sociedade. O personagem principal conta lembranças de sua vida, mas também fala de Joel, um colega do tempo de colégio.

As primeiras recordações do eu-narrador remetem à sua infância, mais especificamente, às aulas de História, quando a professora aborda o tema da escravidão no Brasil. Toda vez em que a mestra toca no assunto, o sentimento do protagonista é de ansiedade e de inquietação:

A palavra escravidão vem como um tapa e os olhos de quase todos os moleques da classe estilingam um não sei o quê muito estranho em cima de mim. [...] Um calor esquenta-me o rosto e umas lágrimas abaixam-me a cabeça para que ninguém as veja.

[...] A cada palavra de seu discurso, pressinto uma nova avalanche de insultos contra mim e contra um “eu” mais amplo, que abraça meus iguais na escola e estende-se pelas ruas, envolvendo muitas pessoas, sobretudo meus pais (p. 108).

A primeira frase transcrita expõe a percepção que o protagonista tem dos demais colegas quando o assunto é escravidão. O seu desassossego resulta de um aspecto traumático ligado à história de seu grupo étnico. O sujeito é incapaz de verbalizar com detalhes o sentimento que ele julga que seus amigos possuem, mas tem noção de que é um olhar de desaprovação, pena, humilhação, algo que o inferioriza dentro de uma classe social. Ele, enquanto negro, sente o peso do passado, e sua inquietação é oriunda de uma ferida na memória, ferida esta não cicatrizada que acomete a maioria dos negros. Eles se sentem inferiores e envergonhados devido à sua própria história. Os vários “insultos” que atingem os negros e os fazem sentir pequenos revelam que a história não foi passada a limpo. Nesse particular, tem-se uma crítica às instituições de ensino que, muitas vezes, tratam o assunto de forma artificial, sem comprometimento, atingindo, não raras vezes, um resultado contrário ao pretendido. As lições que deveriam educar acabam virando aulas de estereótipos que são

usados contra os negros. Um dos colegas, aliás, percebendo a ansiedade do protagonista, se dirige a ele nos seguintes termos: “*É você, macaco. Você é escravo*” (p. 109).

Assim, cada aula era uma tortura quando o assunto era escravidão, o que conduzia o personagem a querer expurgar seu sentimento:

*Os NEGROS ESCRAVOS eram vendidos como CARNE VERDE, peças, desprovidos de qualquer humanidade. Eram humildes e não conheciam a civilização. Vinham porque o Brasil precisava de...? Vejamos quem é que vai responder...*

Tremo, encolhido, dolorido diante da possibilidade de ser chamado. Meu coração bate na vertical e meus intestinos se revoltam. Saio apressado da sala, sem pedir licença. Chego à privada em tempo.

Defeco o desespero das entranhas.

Olho as paredes e a porta do cubículo rabiscadas, procurando espaço. Contenho, com bastante esforço, um choro que me vem insistente para afogar o mundo. Limpo-me com um pedaço de jornal, não sujo de todo, e fico ainda sentado sobre o vaso branco, pensando, vagando como um prisioneiro perpétuo. A cor do vaso sanitário desperta-me tramas. Primeiro levanto-me e chuto-o com a sola do sapato, depois sou levado pelo vento das imagens, das ideias **...ponho fogo na escola... veada filha da puta... papel de caderno debaixo da mesa dela... como a bunda de todo branquinho... acendo fósforo... quem me xingar de neguinho... são tudo veado... vou comprar um canivete... dou porrada mesmo!...** E a porta passa a me servir de lousa: **...branco caga no meio...**, acho graça das coisas que escrevo e continuo (p. 109).

Nessa passagem, a fala da professora chama atenção para a desumanização dos negros na época da escravatura. É interessante atentar para a forma como o conteúdo é exposto. No discurso, são usadas frases na voz passiva de modo a ocultar determinadas informações. O ensino da História, em especial quando o assunto é escravidão, vale-se de poucas frases da voz ativa de maneira a desresponsabilizar os algozes pelas torturas e humilhações. Na cabeça do protagonista, as dores e as torturas que os pretos sofriam no passado mantêm relações com as práticas de violência no presente. Este *continuum* da história, que não é passado a limpo e que não culpa seus autores, retorna como um sentimento traumático que precisa ser purificado. Não é por acaso, então, que o sujeito corre ao banheiro e realiza uma série de rituais como forma de minimizar a sua dor. Enfim, é uma atitude catártica. Limpar-se com um pedaço de jornal é borrar, desrespeitar a história que prima pelos vencedores, muitas vezes, brancos que são autores de episódios considerados heroicos. Além disso, colocar fogo na escola também remete à questão da purificação.

Depois do colégio, o espaço onde o protagonista se encontra é o externo. Ele evade a aula e, agora, na rua, encontra seu colega Joel. Conforme a apresentação que o eu-narrador faz dele: “É meu vizinho, negro também, de outra turma na escola. Entre sutilezas de nosso diálogo, percebo que a ‘história’ da escravidão já espancou mais um por dentro. A gente

conversa muito mas, nesse particular, fica só um silêncio cúmplice, uma bronca em comum, uma solidariedade de quem divide a dor” (p. 110). Nesse excerto, parece que é a própria condição racial que leva os negros a abandonarem os ambientes mais cultos ou que podem, por tese, propiciar a ascensão dos indivíduos. A ideia que se tem é a de que os negros são pressionados de diferentes modos a ponto de saírem da escola. A fuga dos dois, no entanto, não fica por menos:

Nosso empenho, contra os compromissos da escola, não dura muito. Alguém vai a nossas casas e dá com as línguas nos dentes. Eu e Joel, na volta de um belo passeio, começamos a apanhar no meio da rua. É uma grande surra, de cinta. Fico com vergões nas costas e Joel com uma marca de fivela no rosto para todo o sempre.

A escola de novo, a vigilância aguçada dos nossos pais. Eu e Joel cada vez mais com fama de valentes.

Chegamos ao quarto ano com a malandragem bem burilada. Já não damos importância ao fato de nos chamarem pela cor. Entre a molecada, quase sempre fazem isso com medo, medo do Negrinho-eu e do Negrinho-Joel. O medo deles é que nos importa, nos dá alento, ilusão de respeito (p. 110).

O sinal da fivela no rosto de Joel, que o caracterizará para sempre, é a marca da violência cristalizada na sua personalidade. Talvez seja menos grave e profunda a mancha física do que a psicológica. A escola deixa de ser um convite aos garotos e se converte em ambiente de discriminação, enfim, ganha perfil de um aparelho repressivo. Os meninos, nesse estabelecimento, são reconhecidos pelos traços negativos por que, muitas vezes, são julgados desonestamente: são elementos que geram ameaças, são riscos para os demais. Como quer que seja, a noção que se tem é a de que são os diversos níveis de discriminação que conduzem as parcelas menos favorecidas socialmente, em especial, os negros, a adotar um estilo de vida à parte, muitas vezes, na criminalidade.

O relato do protagonista avança no tempo de modo a focalizar a vida de Joel:

Na porta da igreja tenho a notícia de sua prisão. Um conhecido branco, dos tempos daquela amizade, narra com tal ênfase as peripécias de Joel pelo mundo do crime, que me faz lembrar D. Isabel, a professora. Desconverso. Tento afogar Joel no esquecimento. Em vão.

Hoje, mais uma entre as tantas prisões: *Preso o marginal Neguinho Joel* – foto em primeira página. A marca da raça e a marca da fivelada no rosto (p. 111).

O conto, portanto, amarra lembranças da vida do protagonista e, nesse percurso, o passado é um elemento que define o destino e/ou as condições de vida dos negros. Discriminados no e pelo mundo dos brancos, o seu estilo de vida acaba sendo caracterizado pelo trauma, pela rejeição, pela humildade, para, por fim, cair na criminalidade. O negro ganha destaque não

pelas suas qualidades positivas, mas por ser ladrão, assassino, traficante. É justamente esse tipo de conduta que faz com que eles sejam temidos. Enfim, tem-se um círculo vicioso porquanto o preconceito gera autoexclusão, e esta conduz à criminalidade, o que denigre a imagem dos negros, a qual passa a ser veiculada na mídia. Ao que parece, o processo de inclusão dos negros na sociedade exige que se revisem as várias etapas da constituição da história do Brasil em seus diferentes momentos. O conto termina com a falta de esperança do protagonista: “Porta e paredes rabiscadas já não adiantam nada. Já nem servem mais ao desabafo” (p. 112).

Pelas análises realizadas, os contos de Luís Silva tratam das relações entre brancos e negros, macropoder e micropoder, violência pública e privada, discriminação e preconceito. No livro de Cuti, aliás, há outros textos em que esses elementos se fazem presentes. Em *Carreto*, a disputa por algumas moedas leva meninos pobres a transportarem os carrinhos de mercadorias das senhoras que saem das compras carregadas. Muitas vezes, o duelo pela freguesia gera atrito entre os concorrentes: “*Ô, macaco! Fora daqui, tição apagado!*” (p. 27). Em *Preto no branco*, Betão, um negro, namora uma moça branca, Marli, cuja família é contra o relacionamento. Depois de muitas dificuldades em função da cor, ele é promovido pela empresa onde trabalha. Surpreendentemente, quem vai até lá pedir emprego é Rubinho, o cunhado, irmão de sua companheira, mas, ao se deparar com Betão como contratante, ele grita: “*Enfia o emprego no cu. Nego nenhum vai me dar ordem!*” (p. 38). Em *Vida em dívida*, um moleque é acusado por um vendedor – talvez injustamente – de furtar dinheiro de sua loja. Manoel, dono do estabelecimento, assim se refere ao garoto: “**Filhos de rato! Fodo-os! Só servem pra pedir. Ou então roubar. Fodo-os! Não roubar o diabo, se quiserem**” (p. 46). Aqui, tem-se uma metonímia, ou seja, a parte pelo todo, sendo todos os negros julgados pela atitude de um.

Os contos analisados contribuem para uma análise da realidade social bem como servem para avaliar o papel da literatura quando a questão diz respeito aos direitos humanos. Em particular aos negros, os textos de Cuti levam à reflexão de que o branco é transmissor de ideologias que se articulam em torno da noção de desprezo, preconceitos e estereótipos. Em função disso, o discurso oriundo dos pretos torna-se passível de ridicularização, sem valor, corroborando sua alienação e, mesmo, sua autodiscriminação. Disso tudo resulta um conflito entre os dois polos, e essa tensão não ocorre apenas nos textos do autor, mas na própria vida. Os valores dos negros são geralmente rebatidos pela ideologia dos brancos, e aqueles acabam aceitando os valores dominantes elaborados por estes. Os negros, nesse sentido, são sempre destacados pelas suas características ou condutas negativas: são pobres, marginalizados, Revista Língua & Literatura. Frederico Westphalen, v. 12, n. 18, p. 45-66. Dez. 2009.

recebem a pecha de ladrões, bandidos ou mesmo assassinos. Esses traços definidores dos pretos não são recentes, mas remontam à própria história, a história de violência a que foram submetidos, o que é determinante para o trauma que carregam por sua condição racial. Portanto, Cuti, ao tentar recuperar a história de um povo, exige que se revise o passado e as estruturas do presente, para a projeção de um futuro novo.

**Abstract:** This paper undertakes an approach to violence, prejudice, and racism as conveyed in Luís Silva's *Negros em contos* (1996). The article sheds light on a Brazilian social structure characterized by its authoritarian foundation, as well as the perpetuation of racist ideologies in the country. The short stories analyzed are: *Boneca*, *O batizado*, *Ah, esses jovens brancos de terno e gravataí*, and *Lembrança das lições*. The basic premise is that the stories being studied contribute to an analysis of Brazilian social reality where blacks are distinguished by their negative qualities or behaviors.

**Keywords:** Racism. Prejudice. Exclusion. Blacks.

### Referências

BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. *Poesia negra brasileira: antologia*. Porto Alegre: AGE, IEL, Igel, 1992.

BOSI, Alfredo. Poesia versus racismo. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 163-185.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

PENA, Sérgio; BIRCHAL, Telma. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Revista USP*, São Paulo, n. 68. p. 10-21, dez./fev., 2005-2006.

PEREIRA, João Baptista Borges; FERNANDES, Florestan; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. *Revista USP*, São Paulo, n. 68. p. 168-179, dez./fev., 2005-2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9. p. 45-57, mar./mai., 1991.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

SANTOS, Célia Regina dos; WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. Literatura de autoria minorias étnicas e sexuais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2003. p. 263-277.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania de ficção. In: \_\_\_\_; BALDAN, Ude (Orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 201-221.

SILVA, Luís. *Negros em contos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1996.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1956.